

A CIDADE, O LAZER E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ENTRE A INVISIBILIDADE E EMERGÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL¹

Recebido em: 28/11/2017

Aceito em: 04/04/2018

*André Luís Normanton Beltrame*²
Universidade Católica de Brasília
Brasília – DF – Brasil

*Marilda Teixeira Mendes*³
Universidade Federal de Minas Gerais
Montes Claros – MG – Brasil

*Edvaldo Cesar da Silva Oliveira*⁴
Instituto Federal do Piauí
Angical do Piauí – PI – Brasil

*João Batista Lopes da Silva*⁵
Universidade do Estado de Mato Grosso
Sinop – MT – Brasil

*Luís Otávio Teles Assumpção*⁶
Universidade Católica de Brasília
Brasília – DF – Brasil

RESUMO: Como ocorre o lazer para as pessoas com deficiência? Esta é a pergunta central desta pesquisa, que ganha forma ao se reconhecer duas questões: a primeira, dos processos de exclusão desta parcela do gênero humano; e a segunda, relativa ao espaço urbano e o dialogo com seus territórios. Para respondê-la investigamos o acesso e participação social frente ao fenômeno do lazer. Com uma proposta metodológica de abordagem qualitativa em base exploratória e descritiva o estudo opera metodologicamente por meio de pesquisa documental, revisão bibliográfica e de campo em entrevistas a seis participantes. Resultados apontam ao acesso precário, poucas opções de atividades, barreiras financeiras, arquitetônicas, de respeito das pessoas e de transporte. A participação se mostra prejudicada pelo acesso e pelo reconhecimento das pessoas.

¹ Financiamento: Capes. Artigo premiado no 29º Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL), realizado em Caruaru/PE em 2017.

² Mestre e Doutorando em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília, bolsista Capes.

³ Mestre e Doutoranda em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília, bolsista Capes.

⁴ Mestre e Doutorando em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília.

⁵ Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Carlos Rafael Rodríguez - Cuba e Doutorando em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília.

⁶ Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Universidade Católica de Brasília.

PALAVRAS CHAVE: Atividades de Lazer. Pessoas com Deficiência. Participação Social.

**THE CITY, THE LEISURE AND THE DISABLED PERSON: BETWEEN
INVISIBILITY AND EMERGENCY OF SOCIAL PARTICIPATION**

ABSTRACT: How does leisure for people with disabilities? This is the central question of this research, which gains form by recognizing two questions: the first, the processes of exclusion of this part of the human genre; and the second on urban space and dialogue with their territories. To answer it, we intend to investigate access and social participation in the face of the phenomenon of leisure. With a methodological proposal of qualitative approach on an exploratory and descriptive basis the study operates methodologically through documentary research, bibliographical and field review in interviews with six participants. Results point to precarious access, few options for activities, financial, architectural barriers, respect for people and transportation. Participation is hampered by access and recognition of people.

KEYWORDS: Leisure Activities. Disabled Persons. Social Participation.

Introdução

O lazer faz parte da vida, e eu gosto muito do Recife Antigo. Não adianta ter meus direitos básicos se não tenho ao lazer e à cultura. É complicado sair à noite, mas vou a shows, sempre em camarote ou frontstage, e é raro sair sozinha. A barreira não é só a acessibilidade física, mas atitudinal. Há muitos lugares que não recebem bem a gente. Isso me incomoda. Se você quer saber algo sobre mim, pergunte a mim (MAIA, L. Diário de Pernambuco).

O depoimento acima, publicado em 2015, é de Renata Maia, com 25 anos na época, formada em serviço social e estudante de concursos. Do que ela fala a revelação de um infeliz espectro: de como a cidade e a sociedade interpretam a deficiência. Do direito negado, passando pela dependência, barreiras e sobretudo a falta de compreensão, o que Renata busca é apenas o reconhecimento e a dignidade, uma perspectiva de cidadania.

Ao considerar nesta realidade uma dimensão cultural fraturada, fragilizada

perante necessidades humanas e seu protagonismo, assumimos os primeiros passos desta pesquisa, que a se ver diante de impedimentos sociais questiona acerca do acesso e participação da pessoa com deficiência junto à cidade e seus espaços de lazer.

Segundo Juan Bordenave (1994) as pessoas querem participar, pois participar é assumir o controle do próprio destino. O autor revela que, frente à uma alienação crescente, as pessoas tem deixado o individualismo massificador de lado e buscado mais a participação coletiva. Entretanto uma ressalva: o cenário da participação não é algo simples, se mostra complexo e desafiador de condições e dinâmicas que necessitam ser reconhecidas.

Neste sentido, pensando em como reconhecer o cenário de participação da pessoa com deficiência no lazer, casos como o de Renata são reveladores. Sob ponto de vista empírico, percebe-se um duplo processo em curso: o primeiro, de estigmatização⁷; e, o segundo, referente ao espaço urbano, suas construções e seus territórios, que segregam espacialmente a pessoa com deficiência. Ao justapor estes elementos convergimos para o entendimento de um processo de exclusão⁸, trazendo consigo contextos, relações identitárias, referenciais simbólicos e culturais que comprimem narrativas sociais e impedem a participação social.

Para os Estudos da Deficiência (*Disability Studies*), que exploram a partir do campo das Ciências Sociais questões voltadas à uma sociologia da deficiência, esta problemática se relaciona a forma como a deficiência foi interpretada historicamente.

No solo epistêmico destas interpretações, se apresentam tanto o ponto de vista

⁷ Erving Goffman, em sua obra *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada* (1988) ao trabalhar sobre o conceito de estigma faz referências ao cenário de aceitação social, entre o *status* moral e o indivíduo marcado, estigmatizado. Aponta que a partir do momento em que os atributos depreciativos do estigmatizado já estejam evidentes no trato social, o indivíduo “acaba por se tornar uma pessoa desacreditada frente a um mundo não receptivo” (GOFFMAN, 1988, p.28).

⁸ A ideia de exclusão se dá a partir do relatório mundial sobre a deficiência, publicado em 2011 pela Organização Mundial de Saúde. O estudo destaca que a deficiência está ligada à pobreza e violência com barreiras à educação e acesso a direitos fundamentais (OMS, 2011).

sobrenatural como o biológico para se pensar a deficiência. Ambas as interpretações, ao assumirem condição hegemônica, acabam por construir expectativas acerca do papel desses indivíduos na sociedade. Do primeiro ponto de vista, ainda hoje não são poucas as referências, ancoradas em interpretação religiosa, que reconhecem na deficiência encarnação do pecado⁹. Já no segundo (o biológico), no que é chamado de Modelo Médico, é comum o olhar que classifica a pessoa deficiente a partir da lesão que traz consigo, naturalizando sua ocorrência enquanto um atributo individual, reforçando o sistema discursivo do normal e anormal. O fato é que, no curso da história, a ideia de incapacidade e anormalidade perante o conjunto da sociedade, faz com que as pessoas com deficiência se tornem personagens de uma problemática urbana e acabem confrontadas como um problema social. Então, a partir daí, são edificadas justificativas para sua segregação, manifestas em mecanismos repressivos e ideológicos, como: instituições, asilos, prisões, colônias e escolas especiais (OLIVER, 1999, 2013; RUSSELL; MALHOTRA, 2002; BARNES, 2010; GLEESON, 1999).

No campo do lazer significa dizer que essa interpretação acaba manifesta em uma esfera individual, de perspectiva médica e de adaptação, para a participação da pessoa com deficiência (FRANCESCHI NETO, 1993; AITCHINSON, 2009). É de conhecimento nesse sentido, atividades recreativas em escolas especiais para surdos ainda no século XIX e praticas esportivas voltadas para reabilitação terapêutica, em hospitais e centros de reabilitação (especialmente ao fim da Primeira e Segunda Grande Guerra Mundial). Tais cenários podem ser elencados enquanto espaços conformistas e segregadores, que nomeavam o lazer como parte de um tratamento, amenizando sequelas oriundas de doenças, acidentes e guerras (WINNICK, 2004; ARAÚJO, 1997).

⁹ A fê, nesses casos, é utilizada como elemento fundamental no seu combate fazendo com que paraplégicos andem, deficientes visuais voltem a ver e etc.

Do que se observa, existe, do ponto de vista histórico, uma territorialização do espaço urbano que marca a relação da pessoa com deficiência com a sociedade. Tais espaços privados, ao substituírem a cidade enquanto espaço de sociabilidade para o lazer, acabam segregando este grupo do conjunto da sociedade, restando evidente que a sociedade não se preparou para receber a pessoa com deficiência. Segundo Mascarenhas (2000) existe uma problemática em torno da uma possível individualização do lazer. O autor destaca que este posicionamento não é capaz de reconhecer a realidade dos indivíduos, sua singularidade e historicidade e acaba restringindo sua ação enquanto demanda coletiva em termos de convívio social e construção cultural.

Dos estudos nacionais tem chamado a atenção um campo ambíguo para o debate da participação da pessoa com deficiência no lazer. Significa dizer que são percebidos registros não só de reprodução daquilo que foi construído historicamente, em termos de espaços privados para este público e que acabam sendo o lócus para a formação cultural no âmbito do lazer (NOGUEIRA, 2011; BLASCOVI-ASSIS, 1995); mas de transformações que rompem barreiras e contam experiências a partir de outros espaços e experiências (SAITO, 2010; CANTORANI, 2013; GOULART, 2007).

Do que pode ser compreendido simbolicamente como um novo horizonte de lazer para este grupo caminha em cenário de conflitos e contradições a disputa por espaços de acesso e participação no lazer. Percebe-se nesse sentido que embora existam políticas públicas e incentivos para a participação no lazer ainda se discute a inacessibilidade arquitetônica (SILVA, 2014; GOULART, 2007; CARMO, 1989) e as relações sociais de ordem social dominante (a não deficiência se sobrepondo à deficiência), que não privilegiam em oportunidade e opções a pessoa com deficiência (CARMO, 1989; MARTINELLI, 2008).

Entre a invisibilidade e a emergência da participação social esta pesquisa assume a leitura de que a participação social não é só algo reproduzido pela sociedade, mas também produzido e transformado por ela. Este movimento e a sua dinâmica, que geram ou bloqueiam a participação social, segundo Safira Ammann “postula a produção mesma de sua história, sua transformação e mudança” (AMMANN, 1978, p.22). A partir do seguinte problema: Como ocorre o lazer da pessoa com deficiência física?; o estudo procura investigar, junto a jovens com deficiência física, acompanhantes e professor (todos participantes de um projeto educativo em Educação Física e Arte), em que perspectiva se inscreve o acesso e participação social da pessoa com deficiência no espaço-tempo do lazer.

Para responder ao problema do estudo tem-se como objetivo analisar dois pontos acerca do lazer e sua participação. O primeiro ponto aborda o lazer sob a ótica material, partindo do espaço urbano e sua configuração para a pessoa com deficiência (a cidade e sua possibilidade de circulação, seus acessos públicos e privados para o lazer), e o segundo, simbólico, investigando como os espaços de lazer são apropriados e reconhecidos por este grupo e se, por um lado, oferecem a possibilidade ao encontro e respeito à diferença; ou, por outro, estão confinados a territórios e redutos, espécie de refúgio ao isolamento e preconceito.

Metodologia

Ao procurar analisar, sob o ponto de vista material e simbólico, as diferentes facetas do fenômeno do lazer junto a participantes de um projeto de Educação Física e Arte, a metodologia utilizada será a investigação de abordagem qualitativa em base exploratória descritiva, operando metodologicamente por meio de pesquisa documental,

revisão bibliográfica e de campo.

De acordo com o Bogdan e Biklen (1994) a pesquisa qualitativa possui cinco características, não sendo necessário uma mesma pesquisa possuir todas estas características. Os autores enumeram tais características da seguinte forma: 1- Em relação a fonte de dados. Nela, segundo o autor os pesquisadores despendem grandes quantidades de tempo em escolas, bairros, famílias e outros espaços; 2- Em relação a natureza descritiva do estudo, ou seja, ela se dá através de uma abordagem sensível aos gestos, conversas, trechos de documentos e espaço em que se circula o objeto de estudo; 3- Na ênfase ao processo em relação ao resultado simplesmente. Aqui a busca por significados pode sugerir diversas idas à campo, e por consequência podem ser percebidas outras nuances que contribuem para o estudo e que não foram observadas anteriormente; 4- A tendência em analisar dados de forma indutiva. Aqui o resultado não é conhecido de antemão, mas sim constituído a partir da coleta de dados e contato com os sujeitos; 5- A importância do significado, com destaque para o papel do investigador em buscar continuamente as interpretações dos sujeitos frente as experiências vividas em campo.

Sob o ponto de vista exploratório descritivo, considerando a ação dos costumes e modos organizativos e os significados atribuídos a uma dada realidade, Gil (2008) destaca que a pesquisa nestes termos atua na observação sistemática de conhecimento de determinado fenômeno e sua população. Considerada como um tipo de abordagem qualitativa, permitindo a observação, registro, descrição e a correlação de dados, contribui com o que se pretende nesta pesquisa no que envolve as percepções, experiências e compreensões no acesso e participação no lazer por parte dos participantes do projeto educativo.

Acerca dos procedimentos metodológicos o estudo opera metodologicamente por meio de pesquisa documental, revisão bibliográfica e de campo. De acordo com Bogdan e Biklen (1994), todo o material que organiza sob uma perspectiva oficial o espaço a ser estudado (no caso o projeto educativo) é entendido como documento. No presente projeto foram analisados: Documento que dá origem ao projeto educativo, Boletins informativos, Circulares, Avisos, Registros sobre os participantes do projeto educativo e Legislação sobre Lazer e Deficiência (Ex.: Constituição Federal art. 205 e 227, Lei nº 7853/89, Decreto nº 914 de 1993, Decreto nº 7612 de 2011).

No estudo de campo, realizado ao longo de 6 meses, compreendido enquanto uma intervenção em uma prática cotidiana, vivendo, observando e situando o campo no contexto percorrido, foram utilizadas as estratégias de observação participante e entrevista em profundidade. Tomando as palavras de Marconi e Lakatos que a observação “é o ponto de partida da investigação social” (2011, p.76) projetamos por meio desta técnica a possibilidade de inserção no mundo dos participantes do projeto educativo, e nesse liame, o conjunto de relações e interesses por eles desempenhados que ajudarão a construir entendimentos acerca dos possíveis nexos e contradições relacionadas ao acesso e participação no lazer. Das modalidades de observação a observação participante nos ajuda nessa intenção, vez que consiste na participação direta do pesquisador no grupo pesquisado. Para Gil (2008, p.74) a observação participante pode ser definida como “uma técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir de seu próprio interior” o estudo interagiu com: as oficinas de natação e corpo expressão (aulas); espetáculo; eventos socioculturais; e, reuniões desenvolvidas pelo projeto educativo.

Na entrevista utilizamos a entrevista semiestruturada por dois motivos. O primeiro acerca da flexibilidade e o segundo relativo ao roteiro de entrevista. No primeiro caso é reconhecido que a construção de perguntas na entrevista semiestruturada permite aos participantes incluir outras falas que se ache relevante e a não obrigatoriedade de obedecer a um roteiro estrito de perguntas. Bogdan e Biklen (1994) apontam nessa direção, de que as perguntas devem ter a função de clarificar, compreender o indivíduo. Foram elaborados dois roteiros semiestruturados a partir da aproximação ao projeto educativo: um com 42 perguntas para os jovens com deficiência física; e o seguinte, com 35 perguntas para pais, acompanhantes e professores. Ambos os roteiros, com 3 blocos de perguntas, procurou compreender a participação em torno dos seguintes eixos: 1) relação com o projeto educativo; 2) acesso físico à cidade e espaços de lazer; e, 3) envolvimento e experiência diante do fenômeno.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Católica de Brasília – UCB/DF, com o CAAE número 65274317.0.0000.0029 e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e esclarecido.

O Projeto Educativo e Participantes

O projeto educativo em questão chama-se Espaço Com-vivências (ECV) e funciona por meio de uma parceria entre o Curso de Educação Física da Universidade Católica de Brasília (UCB) e o Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga-DF (CEE 01) da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF). O projeto ocorre na UCB e acontece da seguinte maneira: a SEDF oferece 05 professores de Educação Física e 01 de Artes, e a UCB, o equipamento físico e a coordenação do projeto nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Sua atuação ocorre por meio de atendimentos que são realizados pelos professores, em de duas oficinas: a “Corpo Expressão”, que atua no campo da arte cênica e expressão corporal; e, a “Oficina de Atividades Aquáticas” que trabalha em perspectiva psicomotora, reconhecendo as propriedades físicas da água e o contato com o corpo. Duas sessões semanais são destinadas a aproximadamente 200 alunos matriculados na rede pública de ensino, em Centros de Ensino Especial ou Classes Especiais do Ensino Regular, que apresentam algum tipo de deficiência. Segundo Boato; Diniz e Sampaio (2011, p.5) os atendimentos e atividades desenvolvidas pelo ECV buscam “[...] a capacitação de alunos com deficiência para o processo de inclusão educacional e social, estimulando o potencial dos mesmos, além de oferecer oportunidades de atuação e pesquisas para os estudantes do Curso de Educação Física (e de Psicologia) da UCB” (BOATO; DINIZ; SAMPAIO, 2011).

Em relação aos participantes do estudo, três pessoas com deficiência (PCD’s); dois acompanhantes (ACOMP’s) e um professor (PROF.), elaboramos o quadro a seguir:

Quadro: Dados dos participantes.

Dados/ Participantes	idade	Ocupação	Renda	Escolaridade
1. PCD 1	22	Aposentado /BPC*	Até 1 SM	EM Incompleto
2. PCD 2	28	Servidor Público	Até 2 SM	ES Incompleto
3. PCD 3	35	Servidor Público	De 3 a 6 SM	ES (P.Grad. Educação)
4. ACOMP.1	22	Estudante (estagiário)	-	-
5. ACOMP.2	40	Mãe de participante	-	-
6. PROF.	50	-	-	-

*Benefício de prestação continuada

Resultados e Discussão

Os resultados e sua posterior discussão estão divididos em 2 momentos. O material coletado foi analisado a partir de duas perspectivas:

1^a) A partir da ótica material, relativo ao espaço urbano e sua configuração. A cidade e sua possibilidade de circulação, seus acessos públicos e privados para o lazer;

2^a) Acerca dos espaços de mobilização e participação cultural. Aqui os achados procuram discutir em que medida os espaços de lazer são reconhecidos por este grupo e nesse cenário a presença do projeto educativo.

A partir da primeira perspectiva, sobre a acessibilidade, os discursos parecem ir ao encontro de um mesmo observatório. Em comum o reconhecimento da precária possibilidade de acesso, poucas opções de atividades, barreiras financeiras, arquitetônicas, de respeito das pessoas e de transporte, que são corroborados nas seguintes respostas:

Eu tento dar o meu jeito. Gosto de ir a bares, restaurantes e *shows*. Tanto o dinheiro como a acessibilidade é um problema pra mim (*sic*).[...] Sei que a acessibilidade é muito difícil, mas vou pedindo a ajuda de um e de outro e vendo como as coisas funcionam. Se for muito ruim não volto (PCD 1).

Acessibilidade quase não tem opção. O lazer é muito difícil e caro. De vez em quando achamos algum lugar que dá condição (faz sinal com os dedos remetendo ao dinheiro), mas não acontece toda hora não. [...] o acesso ao deficiente é algo que embora esteja na lei ainda deixa a desejar. Ou o cara é valente, vai pedindo ajuda e se virando ou fica em casa. Eu, na verdade, como já tive algumas experiências ruins, deixo isso um pouco de lado e raramente vou sozinho (PCD 2).

Eu só conto com a ajuda das pessoas mesmo. Não tem rampa, banheiro e é raro encontrar isso. Muitas vezes nem calçada tem para chegar. Muitas vezes, quando desço do carro tenho que ir no meio da rua e ainda tendo que disputar espaço com carro e ônibus. Tem gente que ainda xinga a gente. Costumo ir ao centro da cidade e lá sim tem acessibilidade, o problema é que onde eu moro não tem nada (PCD 3).

A barreira da acessibilidade parece ser algo comum entre os participantes. A diferença é o “dar o jeito”, contando com a ajuda alheia ou indo com um conhecido. Ao encontrar a barreira da acessibilidade a apropriação do lazer já se mostra prejudicada. Tais relatos apresentados destacam a pouca presença do poder público em relação ao acesso ao lazer para a pessoa com deficiência. Acabam revelando em certa medida um problema que historicamente marcou a deficiência: o impedimento de o indivíduo protagonizar sua própria vida. Fica perceptível a ideia de incapacidade por uma culpa que não é do indivíduo, mas do que a sociedade não ofereceu a ele.

Estes resultados acompanham os estudos realizados envolvendo a temática (CARMO, 1989; GOULART, 2007; SILVA, 2014). Carmo argumenta que para a pessoa com deficiência a forma que o lazer assumiu, de gastos para ter acesso as suas manifestações e a disposição do mobiliário urbano de circulação pela cidade, como transportes, calçadas e guias rebaixadas por exemplo impediam esse acesso. Já naquela época o autor denunciava que pessoas com deficiências físicas estavam sendo vítimas de diferentes formas de discriminação e segregação no âmbito do lazer e para isso seria necessário entender o lazer enquanto componente cultural e histórico deste público (CARMO, 1989).

Nos estudos de Silva (2014) e Goulart (2007) se observam registros semelhantes. O primeiro autor ao analisar a inclusão de pessoas com deficiência física e visual nas políticas de lazer dos parques esportivos de Campo Grande/MS constatou que todos os parques analisados eram inacessíveis arquitetonicamente.

Em mais profundidade o autor observou que a necessidade de infraestrutura, equipamentos e mobiliário urbano não seria só das pessoas com deficiência, mas para além disso, algo que se configuraria enquanto uma condição inerente a todas as pessoas

que necessitassem serem inseridas naquele contexto. Assinala esta condição se contrapondo a interpretação dada ao processo de integração. Nela se cobra do indivíduo que ele se modifique a fim de se equiparar a concepção cujo biotipo tido, nas palavras do autor, como “normal/padrão”. Desta maneira destaca que para que ocorresse o processo de inclusão seria necessário um suporte de âmbito social, econômico, físico e instrumental que promovesse mudanças na realidade social. Uma modificação naquilo que foi concebido historicamente a partir do “homem-padrão”. Colocada a situação de precariedade no acesso o autor conclui que os parques analisados negavam “a possibilidade de vivenciar parte da cidade como espaço e lugar de inclusão” (SILVA, 2014, p.221).

Já Goulart (2007), ao descrever e analisar as percepções que as pessoas com deficiência física, membros de um time esportivo, apresentavam em relação aos destinos visitados destacou que as barreiras arquitetônicas se configuravam na sua maior dificuldade. A autora percebeu após a visita do grupo a duas cidades que as barreiras físicas “são difíceis e que poderiam ser amenizadas com uma estrutura urbana mais adaptada para o deficiente físico” (GOULART, 2007, p. 55). De acordo com a autora a questão da estrutura das cidades denotam o enfrentamento de barreiras físicas como o banheiro, transporte rodoviário adaptado, passeios públicos e a falta de acessibilidade para embarque e desembarque nos aeroportos de tal forma que questiona: “Os direitos dos deficientes são garantidos por lei, mas a garantia de ser efetivado tudo o que está escrito ainda está distante de se tornar realidade, ao menos no nosso contexto sociocultural” (GOULART, 2007, p. 82).

Diante do que foi exposto, cabe reconhecer primeiramente, algo observado pelo caráter metodológico dos estudos, novos horizontes de interpretação do lazer para a

pessoa com deficiência, em termos de condução da abordagem científica. Ao se tratar de estudos qualitativos percebe-se um afastamento do lazer a partir de seu caráter mais objetivista observado por Franceschi Neto (1993). Nesses casos é considerada a narrativa das pessoas com deficiência bem como seu conteúdo que denuncia as barreiras de acesso ao lazer. Entretanto isso não significa dizer que apenas o caráter de denúncia postulado possa dar conta da trama de conflitos e interesses em que se insere a disputa pelo controle e apropriação na sociedade quando o que está em debate é o problema da participação social.

Significa dizer que a falta de acessibilidade observada não pode ser solucionada apenas buscando a integração de “grupos marginalizados” à sociedade. Isso porque a marginalidade é fruto da mesma relação dialética que gera e mantém esta situação. Atuando por esta via se legitima apenas a modificação do indivíduo e não da sociedade, que acaba, por sua vez, sendo reprodutora da desigualdade social. Segundo Ammann (1978) é muito comum nesta linha de pensamento, sob uma ótica estrutural e desenvolvimentista, projetos e programas que carregam a ideia de que grupos marginais possam ser incorporados ao sistema social, sem contudo abrir mão de que esta inserção só pode ocorrer a partir dos moldes de uma lógica estrutural vigente.

A tentativa de pensar uma lógica estrutural aponta para fato de que a gestão da cidade se relaciona com o espaço de produção, que por meio do trabalho produz sua existência. Para Oliver (2013) e Barnes (2010) a marginalização da pessoa com deficiência guarda forte relação com a inferioridade colocada diante a capacidade de produção e os sentidos emanados por este cenário. Do ponto de vista histórico, mesmo que isso não acometa todas as formas de deficiência e situações, o não enquadramento no modo de produção vigente, via presença efetiva nos postos de trabalho, fez com que

significados à pessoa com deficiência surgissem perante a sociedade, associado a pobreza, incapacidade e a desigualdade de classes.

Tais afirmações corroboram na importância de se assumir o debate instaurado pelo Modelo social, que convencionou a ideia da deficiência enquanto uma construção social – em especial no espectro das condições instauradas pelo modo de produção capitalista – e não no indivíduo. Pode-se observar nesse sentido, em aspectos macroestruturais, uma situação de exploração e inferioridade transmitida aos indivíduos com deficiência. Segundo o Relatório Mundial de Deficiência, publicado em 2011 pela Organização Mundial de Saúde com o título em inglês *World Report on Disability*, 15% da população mundial vive com algum tipo de deficiência. Questões relacionadas à renda, etnia, nível de instrução se correlacionam a um conjunto de outros fatores, como acidentes automobilísticos, desastres naturais e uso de drogas, na natureza e prevalência desta condição. No documento, são destacadas as barreiras pelas quais esta população se torna vulnerável, e em que se restringem sua inserção na sociedade; dentre elas, a falta de acesso ao sistema de transporte, comunicação, trabalho, aos serviços ligados a saúde, educação, reabilitação, suporte e assistência, além de financiamento e monitoramento de programas e projetos que acompanham o desenvolvimento de políticas assistenciais e inclusivas (OMS, 2011).

Enquanto desdobramento desta interpretação, no plano secundário das relações hierárquicas de poder, ganha eco no que a sociedade constrói até então, de caminhos, estruturas e organizações; que baseadas na estandarização da produção, moldam o ambiente de acordo com suas necessidades autopercebidas. Sem mobilidade urbana, cinemas, teatros, museus, restaurantes e hotéis se apresentam inacessíveis; e o lazer acaba assumindo significado enquanto recurso profilático, realizado dentro de hospitais

e centros de reabilitação. É um momento em que discursos e práticas sociais, em especial conhecimentos médicos relativos à teoria de hereditariedade psiquiátrica, que naturalizam construções sociais, colocam a deficiência submissa a um poder e um estigma que carregam enquanto consequência do não-normal (BARNES; MERCER; SHAKESPEARE, 1999; AITCHISON, 2009; GLEESON, 1999).

Na segunda perspectiva percebem-se discursos que caminham, em sua maior parte, para espaços que pouco reconhecem diferentes formas de expressão. Das dificuldades de ser compreendido à ausência de espaços que abriguem uma dimensão coletiva, duas observações emergem: a de uma manutenção de relações de hegemonia e o fato de que o projeto educativo ao invés de potencializador e incentivador da participação social de seus usuários estaria confinando seus discursos. Servindo não só de anteparo momentâneo ao preconceito externo, mas um abrigo permanente frente as dificuldade encontradas fora dali.

Inicialmente, algumas respostas indicam as dificuldades percebidas para se tornar parte do movimento cultural. Alguns depoimentos colocam em evidencia as seguintes situações:

Adoro ir ao cinema, comer e conversar. Eu preciso pouco para ser feliz. Eu adoro praia também, mas fico mais em casa. Sinto muitas vezes que estou incomodando. Sabe, uma coisa que me deixa mal quando eu penso em sair é o fato de ter que alguém me carregar e perguntarem sempre se estou precisando de alguma coisa. Sei que tem boa intenção por trás disso, mas fica parecendo que sou uma criança. Isso para mim humilhante (PCD 2).

O lazer é muito bom. Sair, falar, se sentir parte do que acontece. Mas as vezes é muito estranho. As vezes eu percebo que as pessoas ficam sem graça para atender ele. Perguntam para mim coisas que poderiam falar com ele. Parece até que ele é doente. As vezes parece uma coisa de outro mundo e aí eu mesmo falo para ele: vamos sair daqui (ACOMP. 1).

O incômodo por um lado, partindo da pessoa que sente diretamente o que se tenta fazer com ela (PCD 2); e, por outro a estranheza, que não deixa de ser um incômodo, da pessoa que a acompanha demonstra, em observatórios distintos, uma situação igualmente constrangedora. Esses dados corroboram com outros estudos (CARMO, 1989; CANTARELI, 1998).

Para Carmo (1989) ao recuperar de forma crítica as propostas concernentes às pessoas com Deficiência Física e discutir como a sociedade se organiza para enfrentar essas questões há o destaque para a ordem social dominante comprometida com o modelo social vigente. Isso implica dizer que para além do acesso material inexistente para o lazer há, mesmo considerando sua vivência lúdica, uma configuração espacial perpassada por relações de hegemonia. O autor inclusive, em alguns excertos de sua obra, traz críticas ao controle e caráter utilitário do lazer, pois aponta que não levam em consideração o indivíduo, seu meio social e sua época no processo de construção dialética homem/lazer. Nesse ínterim, o caráter histórico é evocado para contrapor a visão funcionalista de lazer, abordagem conservadora e moralista e utilitária que busca a “paz social” e a manutenção da “ordem” (CARMO, 1989, p.193).

Já em Cantareli (1998) a argumentação vem no sentido de que, embora esteja em curso uma maior conscientização da sociedade, ainda são precários os entendimentos em que não é a pessoa que deve se adaptar e sim a sociedade. Existem estereótipos construídos, estabelecidos pelo padrão de consumo, que definem quem frequenta ou não determinados espaços de lazer. Um dos desafios a serem enfrentados, comenta, é o desenvolvimento da autodeterminação de pessoas com deficiência e a independência considerando que o lazer “deva se constituir como um movimento pessoal, que permita a reflexão, a manifestação de interesses, a opção de escolha, a expressão de criatividade

e potencialidades” (1998, p.32).

Nos relatos apresentados existe outro cenário que nos chama a atenção. Ao oferecerem “ajuda” a todo instante percebe-se uma abordagem que aparentemente associa a condição da deficiência a um problema individual. Algo que parece carecer de tratamento médico (como no caso do ACOMP. 1). Este debate abre para nós um campo de tensões e conflitos que ainda permanece desde seus primeiros contornos, partindo da sua definição como problema de saúde (vide o Modelo Médico). Com base na aparência e no que se configurou em legitimidade, percepções baseadas em limitações físicas, sensoriais e intelectuais, se tornam por intermédio de suas características biológicas a explicação mais viável para tentar explicar a manutenção de relações de hegemonia apresentadas.

Diante da situação que carrega consigo um processo arbitrário de manipulação, em que o estigmatizados sofrem por serem desvalorizados, por meio de atitudes e práticas legitimadas o papel exercido pelo projeto chamou a atenção. De acordo com os entrevistados:

O projeto é tudo para mim. Aqui eu me sinto satisfeito. Faço coisas aqui que não consigo fazer em outros lugares. Venho aqui sempre porque eu me abro com os meus colegas. Não consigo me expressar desta forma em outro lugar. Fora daqui eu não tenho muito para onde ir (PCD 3).

Eu acho que o projeto desenvolve muita coisa. Fora daqui é tudo ainda muito difícil para eles. Meus colegas mesmo (estudantes de Educação Física) poucos tem o interesse de participar do estágio que acontece semestralmente. Eu acho que é medo, receio talvez. Acham que não vão trabalhar com este público depois que se formarem, não sei (sic). Do que eu ouço e vejo acho que muita coisa mudou, tem as leis e mais evidencia, mas ainda não tem o entendimento de que todo mundo é igual. Basta sair na rua e ver (sic) (ACOMP. 2).

Nos registros acima se depreende que o projeto é importante para o participante e o acompanhante, carregando consigo méritos positivos a partir das respostas.

Entretanto a partir do momento em que o próprio projeto educativo busca “a capacitação de alunos com deficiência para o processo de inclusão educacional e social” (BOATO; DINIZ; SAMPAIO, 2011, p.5) questiona-se se de fato o projeto consegue exteriorizar seus objetivos ou se converte em um único espaço para engendrar a perspectiva de lazer. Embora não seja interesse do estudo investigar o projeto em si, mas em que medida suas ações se relacionariam ao lazer, observamos algo que parece se repetir em outros estudos (MARTINELLI, 2008; NOGUEIRA, 2011; BLASCOVI-ASSIS, 1995).

Com Martinelli, ao entrevistar responsáveis e alunos em uma instituição particular de assistência a pessoas com deficiência demonstrou-se algo curioso e contraditório, entre o que alunos e seus responsáveis relataram acerca dos espaços de participação cultural. Foi identificado que parte dos alunos, além das atividades dentro da instituição, declarações de que gostavam de ir ao *Shopping*, ouvir música, jogar futebol, sinuca, realizar atividades domésticas e visitar parentes; todavia, aos responsáveis havia, quase na sua totalidade, a ideia de não existir outra atividade de lazer fora da escola, algo que se configurava na necessidade desses alunos em conviver com “gente mais normal”, como afirma um dos responsáveis em entrevista (MARTINELLI, 2008, p.63).

As vezes, as associações que trabalham diretamente com pessoas com deficiência parecem ser um “abrigo” para atividades interpretadas como lazer, não oferecendo qualquer possibilidade de encontro e respeito às diferenças. No estudo de Nogueira (2011) ao procurar compreender e analisar as concepções e práticas de uma educação em perspectiva para o lazer, a partir das mães, alunos, professores e coordenadores, em uma Associação de pais e amigos dos excepcionais – APAE,

observou-se que a concepção do lazer está voltada às aulas de educação física desenvolvidas, eventos isolados e datas comemorativas trazidas pela instituição.

Na mesma direção o estudo de Blascovi-Assis (1995) que ao discutir sobre o tema lazer e deficiência mental¹⁰ (debatendo uma possível contribuição do lazer ao processo de integração do indivíduo com deficiência intelectual) em uma instituição específica para este público; questionou o porquê da vida social dessas pessoas serem “tão pobres em termos de programações e amizades” (BLASCOVI-ASSIS, 1995, p.2). A autora notou que o exercício do lazer era tratado de forma superficial pela instituição. Desta maneira os profissionais consultados e a instituição se preocupavam mais com a quantidade de material para ser utilizado nas aulas do que a organização de seus conteúdos e significados para o público que atendiam e as próprias famílias que demonstravam ainda conflitos e dificuldades em entender e aceitar a deficiência.

Em relação aos estudos são revelados o que para os teóricos do Modelo Social tem sido um problema que historicamente marcou a deficiência. No caso, de pesquisas e abordagens que não assumem o sujeito com deficiência no seu protagonismo. Nesse sentido, Oliver (2008), destaca que os trabalhos desenvolvidos desta forma acabam passando a crença de que “são os pesquisadores que possuem os conhecimentos e habilidades próprias de um especialista e assim, são eles os que deveriam decidir sobre o que investigar e ter o controle do processo de pesquisa” (OLIVER, 2008, p.300).

Conclusão

Em relação aos resultados encontrados e sua discussão percebe-se a convergência de informações em direção à precariedade de circulação no espaço

¹⁰ Termo utilizado pela autora na ocasião da pesquisa

urbano, poucas opções de espaços para lazer, barreiras arquitetônicas e de transporte quando relacionado ao lazer. Da mesma forma, em relação ao reconhecimento dos espaços de lazer, os resultados apontam para cenários em que a pessoa com deficiência ainda é vítima de um tratamento desigual, o que inspira afirmar que, em algumas situações, espaços de lazer não abrigam uma dimensão coletiva.

Dos achados considera-se importante, por um lado, a interpretação do lazer em termos de abordagem científica. Entretanto uma ressalva: embora se considere a narrativa das pessoas com deficiência bem como seu conteúdo, que denuncia as barreiras de acesso ao lazer, não significa dizer que apenas o caráter de denúncia não dá conta da trama de conflitos e interesses no cenário da participação social.

Na medida em que os espaços de mobilização e participação cultural são reconhecidos pelo grupo enquanto cenários que não abrigam uma dimensão coletiva, tampouco reconhecem suas diferentes formas de expressão outra perspectiva se mostra possível. Essa relacionada ao fato de o projeto estar se tornando espaço que abriga expectativas de lazer em detrimento a possibilidades externas ao próprio projeto. A dificuldade de entender a deficiência, inacessibilidade arquitetônica e falta de outras oportunidades revelam cenários que tem apresentado sinais de pouca evolução neste sentido, principalmente quando nos remetemos ao que historicamente o Modelo Médico de interpretação da deficiência produziu, discriminando institucionalmente a forma de reconhecer estes indivíduos.

REFERÊNCIAS

AITCHISON, C. Exclusive discourses: leisure studies and disability. *Leisure Studies*. v.28, n.4, p. 375-386, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/02614360903125096?needAccess=true>

Acesso em: 26 fev. 2018.

AMMANN, S.B. **Participação Social**. 2. Ed. São Paulo : Cortez & Moraes, 1978. 133p.

ARAÚJO, P.F. **Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidades**. 1997. 140f. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

BARNES, C.; MERCER, G.; SHAKESPEARE, T. **Exploring Disability: A sociological introduction**. Polity Press, 1999. 280p.

BARNES, C. Discapacidad, política y pobreza en el contexto del Mundo Mayoritario. Por una sociología de la discapacidad. **Revista Política y Sociedad**, v. 47, n., p.11-25, 2010.

BLASCOVI-ASSIS, S. M. **Lazer e deficiência mental: o papel da família e da escolar em uma proposta de educação pelo e para o lazer**. 1995. 173. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, 1995.

BOATO, E.M.; DINIZ, S.V.; SAMPAIO, TM.V. Vale Encantado: Educação Física e Arte-educação construindo juntas um espaço de “com-vivências”. In: XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte / IV Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2011, Porto Alegre. **Anais eletrônicos**. Porto Alegre, CBCE, 2011.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos**. Porto: Porto Editora, 1994. 336p.

BORDENAVE, J.D. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo : Brasiliense, 1994. 84p.

CANTARELI, E.M.B. **Barreiras sócio-culturais e o lazer da pessoa deficiente: um estudo do grupo FCD**. 1998. 124p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação Física. Campinas, Sp: [s.n], 1998.

CANTORANI, J.R.H. **Lazer nas atividades de aventura na natureza e qualidade de vida para pessoas com deficiência: um estudo a partir do caso da cidade de Socorro – SP**. 2013. 283p. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

CARMO, A.A do. **Deficiência física: a sociedade cria, “recupera” e discrimina**. 1989. 243p. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, 1989.

FRANCESCHI NETO, M. de. **Lazer: opção pessoal**. Brasília: Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação, s/p, 1993.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220p.

GLEESON, B. **Geographies of Disability**. Routledge, 1999. 253p.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 160p.

GOULART, R.R. **As viagens e o Turismo pelas lentes do Deficiente Físico praticante de Esporte Adaptado**. 2007. 116p. Dissertação (Mestrado) Turismo, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007.

MAIA, L. A Batalha homérica das pessoas com deficiência para ter acesso a cultura. **Diário de Pernambuco**. 20 set. 2015. Disponível: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2015/09/20/internas_viver,598295/a-batalha-homerica-das-pessoas-com-deficiencia-para-ter-acesso-a-cultura.shtml. Acesso em: 4 mai. 2017.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINELLI, S.A. **Inclusão**: lazer e participação social sob o olhar de pessoas com deficiência mental e suas famílias. 2008. 104p. Dissertação (Mestrado) Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, 2008.

MASCARENHAS, F. **Lazer e grupos sociais**: concepções e método. 2000. 142p. Dissertação (Mestrado) Campinas: Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas-SP, 2000.

NOGUEIRA, S.A. **Concepções da educação na perspectiva do lazer**: um estudo de caso na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Feira de Santana / BA. 2011. 185p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Educação, Salvador, 2011.

OLIVER, M. ¿Están cambiando las relaciones sociales de la producción investigadora? In: BARTON, L. (Org.). **Superar las barreras de a Discapacidad**: 18 años de "Disability and Society". Espanha: Morata, 2008. p. 299-314.

OLIVER, M. Capitalism, disability and ideology: A materialist critique of the Normalization principle. In: FLYNN, R. J.; RAYMOND A. L. **A Quarter-Century of Normalization and Social Role Valorization**: Evolution and Impact, 1999. Disponível em: <http://www.independentliving.org/docs3/oliver99.pdf>. Acesso em 22 fev. 2016.

OLIVER, M. The social model of disability: thirty years on. **Disability & Society**, v.28 n.7, p. 1024-1026. 2013.

OMS. **Relatório mundial sobre a deficiência** / World report on disability; tradução Lexicus Serviços Linguísticos. - São Paulo: SEDPcD, 2011.334 p. Relatório.

RUSSEL, M.; MALHOTRA, R. Capitalism and Disability. **Socialist Register**, v. 38, p.211- 228, 2002.

SAITO, C.M. **Atividades de lazer**: tessitura de espaços para alteridade. 2010. 233p.

Dissertação (Mestrado), Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2010.

SILVA, J.V.P da. **Parques esportivos como espaço e lugar de in(ex)clusão de pessoas com deficiência física e visual**. 2014. 285p. Tese (Doutorado) – Universidade Católica de Brasília, 2014.

WINNICK, J. **Educação física e esportes adaptados**. 3. ed. Barueri: Manole, 2004. 552p.

Endereço dos Autores:

André Luís Normanton Beltrame
Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia Unidade de Educação Básica - UNIEB
QNM 27 Módulo B
Ceilândia Sul – DF –
Endereço Eletrônico: andrelbeltrame@hotmail.com

Marilda Teixeira Mendes
Universidade Federal de Minas Gerais
Núcleo de Ciências Agrárias.
Avenida Universitária, nº 1000 Universitário
Caixa-postal: 135
Montes Claros – MG – 39404006
Endereço Eletrônico: mteixeiramentes@yahoo.com.br

Edvaldo Cesar da Silva Oliveira
Instituto Federal do Piauí
Campus Angical. Rua Nascimento, 746
Angical do Piauí – PI – 64.410-000
Endereço Eletrônico: edvaldooliveira32@hotmail.com

João Batista Lopes da Silva
Universidade do Estado de Mato Grosso
Departamento de Pedagogia
Av. dos Ingás, 3001 Centro
Sinop – MT – 78.555-283
Endereço Eletrônico: jb@unemat.br

Luís Otávio Teles Assumpção
Universidade Católica de Brasília,
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Campus Universitário – Aguas Claras
Brasília – DF – 71.966-700
Endereço Eletrônico: luiso@ucb.br